

Estimados Macedenses

Antes de mais, quero agradecer publicamente todo o apoio manifestado por todos aqueles que têm a coragem de assumir que o nosso superior desígnio é o de defender o desenvolvimento económico do concelho. Porque a economia, são as pessoas, as suas vidas, os seus projetos e a sua felicidade.

Foi em função desse valor maior, que fui eleito, que mentorizei o projeto SIDE-UP, que em conjunto com o Presidente do Município e o seu Secretário, negocieei a escola de Negócios, a inclusão do antigo edifício da residência estudantil no plano governamental de alojamento para o ensino superior, a candidatura a Macedo como cidade com ensino superior, entre outros tantos projetos que não têm sido prioritários para o executivo municipal, como por exemplo a reorganização da zona industrial, a incubação de empresas ou o mapeamento das zonas de investimento no Azibo e a sua ligação eco sustentável à cidade. A ausência de plano prioritário de investimento e de desenvolvimento económico, estão subjacentes ao meu voto contra ao plano e orçamento de 2020.

Ao que tudo indica, também na sequência disso, fui ontem confrontado com uma atitude que entendo atentatória da mais elementar justiça e dignidade.

Convidado por um grupo de militantes do Partido Socialista para uma reunião política na sede do partido, sou intimado, pelo presidente da mesa – Fernando Rui Castanheira Pinto - a abandonar a referida reunião, pois ao que afirmou, a sua pessoa não me teria dirigido qualquer “convite” para a referida reunião. Mais afirmou que ele não vai a uma casa para a qual não foi convidado!

Incrédulo, questioneei o presidente da mesa, relativamente ao facto de em reuniões denominadas de plenário, eu e todos os eleitos nas listas do Partido Socialista termos direito à presença.

Foi respondido que se tratava de um plenário de militantes e com “convite” enviado para o efeito. Assim e dada a minha condição de independente eleito nas listas do Partido Socialista, limitei-me abandonar a sala, não sem antes ter ouvido o Luís Vaz e o Pedro Mascarenhas solicitarem ao presidente da mesa a reconsideração de tal atitude, pois aquele que serve o partido nas campanhas, na assembleia municipal e nos projetos do executivo, não poderia não o servir na discussão de assuntos políticos de interesse concelhio.

Do presidente do município, também ele presente na reunião – nem uma palavra!

Mas vamos aos factos e à história recente dos factos que nos permitirão melhor entender o alcance desta atitude.

Há uma semana atrás, numa reunião ao que entendi como da comissão política, na qual estive presente e intervim, o mesmo presidente da mesa considerou que eu podia estar na reunião.

Nessa reunião, chamei a atenção dos presentes para aquilo que considerava um comportamento anti-ético de alguns membros da concelhia do Partido Socialista e outros membros externos. Considerei que, no seu conjunto, existiria a intenção escondida de pressionar o atual Presidente da Comissão Política Concelhia – Pedro Mascarenhas – a abandonar o cargo e não só, de modo a que Benjamim Rodrigues aceitasse ser candidato a Presidente da Concelhia.

Eu sugeri, no final da reunião, uma lista de consenso com Benjamim Rodrigues e Pedro Mascarenhas. Resultado: silêncio!

Ora, onde se vislumbra a violação da ética?

Socorro-me da definição insuspeita de Paul Ricoeur, para quem ética significa “o desígnio de uma vida boa, com e para os outros, em instituições justas.” A ética revelar-se-ia então na relação *com e para os outros em instituições justas*. Aqui começa a revelar-se o comportamento deste grupo de pessoas: Benjamim Rodrigues, Camilo Morais, Paulo Rogão e Rui Vilarinho têm todos em comum, o terem sido convidados para o lugar que ocupam, por Pedro Mascarenhas. Incrivelmente são justamente estas pessoas que depois de terem ganho eleições e ocupado os lugares que lhe foram destinados, que agora entendem que não existem condições de coabitação com Pedro Mascarenhas e que muito pelo contrário, o consideram o elo mais fraco (*sic*). Estão então violados os desígnios de uma vida boa, com e para os outros e particularmente as instituições justas. Sim porque o Partido Socialista é uma instituição, ao que entendo, justa.

Acerca do facto de não ter o tal “convite” para a reunião e relativamente aos estatutos do Partido Socialista: estratégia escondida para a dita reunião?

Consultados os estatutos, lá se afirmam, nomeadamente no capítulo II, artigos 8 a 10, os direitos e deveres dos militantes e simpatizantes, onde facilmente me poderia incluir, mas onde faço meia culpa, não me inclui até à data, por mero desconhecimento.

Mas para um presidente de mesa tão aparentemente zeloso do cumprimento estatutário, terá sido cumprido o artigo 9.º, n.º 2, onde se afirma que cessam todos os direitos dos militantes com atraso de 2 anos no pagamento de quotas? Ou terão sido cumpridas as normas estatutárias de convocação desta reunião?

Mas vamos ao que interessa, à organização do partido a nível concelhio. Determinam os estatutos no capítulo III, secção II, artigos 22 a 27, particularmente nas alíneas j do artigo 25 e c do artigo 27, a realização de reuniões com a presença dos autarcas socialistas do concelho, onde me incluo e que motivam a justificação segunda para a minha presença na reunião, dado que a primeira, foi o convite verbal, tal como aconteceu em tantas outras ocasiões.

Não vislumbro em nenhuma parte dos estatutos a formalização do “convite” exclusivo a militantes. Observo a necessidade de cumprimento da formalidade da convocatória dos militantes e não do “convite”! E a este propósito, com a comissão política concelhia demissionária, teve o presidente da mesa legitimidade para todos estes atos?

Qual a razão, então, do presidente da mesa em decidir pela minha expulsão da reunião.

Justamente porque sabia que teria a coragem de dizer aos presentes, como antes disse, da ausência de compromisso ético que verifiquei em alguns, face ao Presidente da Concelhia e não só, legitimamente eleitos nos órgãos do partido, legitimamente organizadores das listas vencedoras das eleições autárquicas e no caso pessoal legitimamente vereador do município.

Justamente porque sabia que iria criticar o dito por não dito, de uns que não queriam ser candidatos se outros fossem, mas que finalmente esse argumento só servia para dizer o não dito: Benjamim Rodrigues não estava mandatado para fazer uma lista de consenso no partido, mas sim para segregar Pedro Mascarenhas do poder.

Tenho pena, ainda amigo Benjamim Rodrigues, mas os meus 25 anos de intervenção autárquica e o meu compromisso ético para com os que me elegeram, não me deixaram outra hipótese senão a de lutar com e para os outros, por instituições justas.

Acácio Espírito Santo